

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA
ÁREA DE EDUCAÇÃO**

SUBCOMISSÃO A1.5

**CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO
VARIANTE DE MATEMÁTICA/CIÊNCIAS DA NATUREZA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SETÚBAL**

RELATÓRIO

OUTUBRO/2001

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
1. Constituição da Subcomissão	3
2. Metodologia de trabalho adoptada	3
DESCRICÃO DA VISITA.....	4
1. Sessão de apresentação de cumprimentos	4
2. Reunião da Comissão de Avaliação Externa.....	4
3. Reunião com os Dirigentes da Escola	4
4. Reunião com os Autores do Relatório de Auto-Avaliação.....	7
5. Visita às Instalações.....	8
6. Reunião com os Estudantes	9
7. Reunião com a Associação de Estudantes.....	11
8. Reunião com os Assistentes e Equiparados.....	11
9. Reunião com os Professores e Equiparados	13
10. Reunião com o Pessoal Não-Docente.....	15
11. Hora Aberta	16
12. Reunião da Comissão de Avaliação Externa.....	17
13. Reunião Final.....	18
(a) Objecto da visita.....	18
(b) Objectivo da visita	18
(c) O Relatório de Auto-Avaliação.....	18
(d) O Curso	19
(e) Instalações e Equipamentos	19
(f) Pessoal docente.....	20
(g) Pessoal não-docente	20
(h) Investigação institucional.....	20
(k) Dimensão pedagógica dos docentes e coordenação do Curso.....	20
A concluir... ..	21
SÍNTESE AVALIATIVA FINAL	22
Pontos Fortes	22
Pontos Satisfatórios	22
Pontos Fracos.....	23
ANEXOS	25

INTRODUÇÃO

1. Constituição da Subcomissão

A visita de avaliação externa à *Escola Superior de Educação de Setúbal*, do Instituto Politécnico de Setúbal, foi levada a cabo pela respectiva Subcomissão, composta pelas seguintes individualidades:

- Doutor *Manuel Ferreira Patrício*, Professor Catedrático da Universidade de Évora, Presidente da Comissão e desta Subcomissão;
- Doutor *Manuel Cuiça Sequeira*, Professor Catedrático da Universidade do Minho, Vogal;
- Doutora *Maria Manuela Silvestre*, Professora da Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Vogal.

Secretariou a Subcomissão a Licenciada Maria Emília Apolinário, professora da Escola Básica n.º 24, de São Miguel, Lisboa.

Indicam-se, em anexo, alguns traços curriculares particularmente relevantes dos membros da Subcomissão.

2. Metodologia de trabalho adoptada

A Subcomissão desenvolveu a sua actividade no quadro da respectiva Comissão.

No que respeita à preparação dos trabalhos, os seus membros participaram nas sessões de trabalho convocadas pelo Presidente da Comissão. No que respeita à visita à *Escola Superior de Educação de Setúbal*, estudaram previamente o respectivo Relatório de Auto-Avaliação e acordaram entre si normas, critérios, procedimentos e pontos a analisar, bem como a metodologia a praticar. Dado o carácter pedagógico do actual processo de avaliação, que visa instalar e consolidar nas instituições uma cultura de avaliação, definiu-se uma metodologia aberta e dialogante, tanto por parte da Subcomissão como da instituição, sob a direcção do vice-presidente da Subcomissão, num clima de objectividade, seriedade, transparência, isenção e cooperação, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino superior português na área da educação.

A visita à *Escola Superior de Educação de Setúbal* teve lugar nos dias 7 e 8 de Junho de 2001 e desenvolveu-se conforme o programa que se havia estabelecido para o efeito.

DESCRIÇÃO DA VISITA

1. Sessão de apresentação de cumprimentos

Pelas 9.00 horas do dia 7 de Junho, a Subcomissão foi recebida por dirigentes da Escola Superior de Educação e do respectivo Instituto Politécnico. A sessão decorreu com toda a cordialidade.

2. Reunião da Comissão de Avaliação Externa

Após a apresentação de cumprimentos, a Subcomissão reuniu separadamente, a fim de trocar impressões sobre a pertinência e qualidade do Relatório de Auto-Avaliação, identificar pontos principais a esclarecer durante a visita, e acertar normas, critérios e procedimentos a utilizar nas reuniões com os diversos protagonistas da Escola. Passou-se em revista o esquema da metodologia a seguir, a qual implica a intervenção coordenada e harmoniosa dos membros da Subcomissão, bem como, identicamente, a dos elementos da Escola.

Enfatizou-se o facto de o Relatório de Auto-Avaliação dizer respeito ao ano lectivo de 1999-2000.

A visita incide sobre o *Curso de Professores do Ensino Básico – Variante de Matemática /Ciências da Natureza*, devendo ser tidos em conta o enquadramento jurídico deste Curso e as orientações e objectivos da Escola definidos para o mesmo.

3. Reunião com os Dirigentes da Escola

Pelas 10.00 horas, teve início a reunião com os dirigentes da Escola. Estiveram presentes, por esta: o Presidente do Conselho Directivo, Professora Maria do Rosário Rodrigues; os Vice-Presidentes, Professora Maria de Lurdes Pimenta e Professor Fernando Almeida.

Presentes, também, todos os elementos da Subcomissão.

O Presidente da Comissão abriu os trabalhos. Definiu os objectivos da visita: não de inspecção, auditoria ou exame, mas pedagógicos, visando a implantação e consolidação nas instituições de ensino superior de uma cultura de avaliação e de indução progressiva da qualidade, conjugando o momento da auto-avaliação com o da hetero-avaliação ou avaliação externa.

A Comissão não possuía referências anteriores, uma vez que a Escola não se inscreveu na 1.ª fase da avaliação externa, que incidiu sobre a instituição, mas apenas na presente fase, que incide sobre Cursos, neste caso a Variante de Matemática/Ciências da Natureza.

Pretende-se que a metodologia dê voz à Subcomissão e à Escola, orientando-se aquela para compreender e ser esclarecida e esta para esclarecer e ajudar a compreender, numa atmosfera de transparência e numa prática de flexibilidade.

Nesta reunião foram considerados, essencialmente, aspectos que se relacionam com o estatuto, funções e preocupações dos dirigentes.

Deu-se início ao diálogo, considerando-se os seguintes aspectos:

- (a) a opção pelo carácter basicamente descritivo do Relatório de Auto-Avaliação;
- (b) explicações para a baixa percentagem de retorno dos questionários;
- (c) a falta de auscultação e participação dos funcionários;
- (d) papel e integração dos vários Centros associados, no projecto global da Escola.

Sendo-lhe dada a palavra, a Presidente do Conselho Directivo da Escola começou por informar que os Centros existentes são unidades interdepartamentais, que pretendem servir a comunidade, estão devidamente enquadrados nos Estatutos, e os principais são 2: CEDE – Centro de Estudos para o Desenvolvimento Educativo; CIOE – Centro de Investigação para a Igualdade de Oportunidades (neste último desenvolvem-se projectos na área da promoção da igualdade das mulheres, multiculturalidade e minorias étnicas). A Escola foi pioneira no desenvolvimento do Projecto Minerva e é actualmente um Centro de Competência do Projecto Nónio Século XXI. Recentemente constituíram um outro Centro que faz a ponte entre esses dois projectos.

A Subcomissão constatou que existem na Escola grandes projectos com autonomia e dinâmica próprias, que estão completamente integrados nos centros, embora não se possam considerar Centros de Investigação. Colocou de seguida a questão da formação avançada do pessoal docente: onde e como se desenvolve?

A Presidente da Escola confirmou os dados constantes do Relatório acerca do número total de docentes e respectiva formação (Quadro II-4). Do total de docentes da Escola, 20 encontram-se em processo de doutoramento (16 usufruem bolsa no âmbito do PRODEP), sendo que 4 deles já entregaram a respectiva tese e 1 aguarda a sua defesa. A Escola tem procurado dar dispensa aos docentes para a sua formação avançada, para além daquilo que a lei permite, procurando facilitar ao máximo a adesão ao processo, o que tem significado um grande esforço de subsistência por parte da instituição.

A Subcomissão realçou positivamente o facto de ser elevado o número de docentes que se encontra em formação avançada no âmbito do PRODEP, mas ainda assim não deixou de assinalar que o grande envolvimento dos docentes em acções e projectos exteriores à Escola provoca, inevitavelmente, grande dispersão dos mesmos.

Relativamente aos docentes do Curso em avaliação, a Subcomissão quis saber qual era a situação concreta. A resposta foi a seguinte: 3 docentes da área da Matemática estão a trabalhar no seu doutoramento; não há nenhum na área das Ciências; em ambas as áreas científicas existem vários docentes com mestrado, já que foi aí que se investiu desde o início da instituição. Foi realçado o crescimento da Escola, em número de docentes e de alunos. O edifício foi construído para 500 alunos, mas actualmente comporta cerca de 1100. O uso das novas tecnologias veio obrigar à utilização de novos espaços. Existem, portanto, novas necessidades a nível das instalações (o contrato-programa, que se refere no Relatório, elaborado com o Ministério da Educação, está directamente relacionado

com o Projecto para a Gestão Flexível do Currículo, apresentado pela Escola, tal como com um novo e maior Centro de Recursos e um novo bloco de salas de aula).

Debruçando-se sobre o plano de estudos do Curso em avaliação, a Subcomissão considerou-o bem delineado, assente numa certa lógica sequencial. Os primeiros 3 anos do Curso são constituídos por um corpo comum, o qual forma também para o 1.º Ciclo do Ensino Básico. A este propósito, algumas das omissões do Relatório são: a escolaridade de cada uma das componentes disciplinares, o índice de aproveitamento dos alunos em todos os anos do Curso e a ausência de explicação da elevada taxa de empregabilidade dos diplomados, mesmo tendo sido contemplados apenas 37 diplomados e não a totalidade.

Finalmente, colocou-se à discussão a problemática da coexistência de Cursos com o modelo das variantes e Cursos de licenciatura especificamente para professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Os dirigentes da Escola referiram que o modelo das variantes resultou simplesmente do enquadramento legal, ao qual a instituição respondeu desde logo, embora fosse discutível a questão. É um facto que o processo de formação de professores é confuso, com um Curso a preparar em simultâneo para dois ciclos de escolaridade, mas sabendo-se que a maioria dos diplomados apenas encontra colocação no 1.º Ciclo. É um facto que a formação específica em Matemática proporcionada pelo Curso não é satisfatória, daí a Escola, em consciência, ter proposto ao Ministério da Educação a realização de Cursos de Complemento de Formação na área da Matemática, a pensar sobretudo nesses diplomados. Uma das apostas da Escola para o futuro aponta para que o actual Curso venha a preparar para o 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.

A Presidente da Escola quis concluir, dizendo que os sectores e serviços existentes são os fundamentais para a vida da instituição e para o serviço à comunidade escolar. Assumem uma gestão completamente participada, funcionando os diversos órgãos com a devida normalidade. Todos conhecem o regulamento da Escola, que é distribuído no princípio de cada ano lectivo. Concordou com a falha apontada ao Relatório sobre o regime de avaliação. Sobre os funcionários, explicou que a maioria ocupa um nível baixo na carreira, porque são pouco qualificados, problema que se arrasta desde o nascimento da Escola. Para eles, não têm um plano de formação elaborado, mas incentivam-nos frequentemente a frequentar certas acções. Actualmente, já contam com alguns (poucos) funcionários mais qualificados. Como grandes projectos para o futuro, foram apontados os seguintes: (a) continuação do apoio e investimento na qualificação avançada dos docentes; (b) expansão das instalações, através da construção de um novo edifício no âmbito do Complexo, destinado a aumentar o número de salas de aula e à criação de um espaço polivalente que sirva sobretudo para a demonstração de actividades culturais da Escola e também que sirva de ligação à comunidade, que já tem designação: Parque Pedagógico Polivalente – PPP.

Deu-se por concluída a reunião, que foi proveitosa e suficientemente esclarecedora.

Após esta reunião, a Presidente da Escola fez a entrega dos seguintes documentos à Subcomissão, no sentido de serem apreciados:

- (a) a Portaria n.º 421/97, de 24 de Junho, publicada em DR n.º 143, de 24/6/1997, a última alteração ao plano de estudos do Curso;
- (b) o Regulamento de Frequência e Avaliação em vigor na Escola;
- (c) mapa dos diplomados nos últimos 3 anos;
- (d) mapa dos docentes afectos aos Curso incluindo, para além das habilitações, a relação com a Escola, o regime e a condição de prestação de serviços;
- (e) mapa com a caracterização do pessoal não-docente.

4. Reunião com os Autores do Relatório de Auto-Avaliação

Esta reunião realizou-se conforme o previsto no programa. A equipa da ESE que se apresentou era constituída pelos Professores António Ângelo Vasconcelos e José Carlos Godinho. Ambos foram os responsáveis pela elaboração do Relatório de Auto-Avaliação, embora tenham recebido a colaboração directa de vários outros elementos da Escola.

O Presidente da Comissão apresentou as finalidades prosseguidas pela Comissão e os objectivos visados pela mesma. Propôs também, e explicou, a metodologia a seguir nos trabalhos.

A Subcomissão transmitiu a opinião de que teria sido preferível que a Escola tivesse integrado a 1.ª fase da avaliação, destinada à avaliação institucional. As que o fizeram, ganharam experiência para a 2.ª fase, destinada à avaliação de cursos.

Em diálogo aberto e directo, foram abordados alguns pontos precisos, em que a Subcomissão notou insuficiências de informação no Relatório ou, pelo contrário, considerou como positivos.

Assim, avançaram, o documento é composto por duas partes, com pesos diferentes do ponto de vista da análise: a primeira contextualiza a instituição e pode considerar-se algo desenvolvida; a segunda, sobre o Curso em análise, é pouco pormenorizada, muito sumária. Alguns dos aspectos que suscitaram dúvidas foram, por exemplo:

- (a) falta de informação sobre a forma como foi elaborado o Relatório: quem e como participou, reacções, propostas e perspectivas de aperfeiçoamento no futuro;
- (b) não se apresenta uma análise de certas disciplinas;
- (c) a síntese feita aos questionários não se pronuncia sobre os resultados obtidos;
- (d) há falta de informação sobre o aproveitamento por anos lectivos;
- (e) estão ausentes dados sobre a relação dos docentes com a formação avançada;
- (f) há falta de dados sobre as cargas horárias semanais e programas.

De um modo geral, nota-se rigor e honestidade no tratamento dos dados recolhidos, notando-se que houve um esforço para identificarem os pontos fortes e fracos. Da análise global do documento resulta uma boa ideia da actividade da Escola no exterior. A

organização do plano de estudos do Curso é, todavia, inovadora. Fizeram, e bem, a avaliação das disciplinas e dos docentes. Os quadros apresentados permitem uma clara leitura, sem médias, permitindo a obtenção de resultados objectivos, embora não haja a indicação de percentagens, bem como uma apreciação crítica.

Os Autores do Relatório deram, em síntese, as seguintes explicações:

- (a) a equipa assume o Relatório tal como foi apresentado, embora tenha consciência de algumas falhas, as quais se justificam pelo facto de o processo de avaliação não estar ainda devidamente enraizado e o próprio guião que seguiram possuir algumas debilidades;
- (b) tentaram organizar e tratar a imensa informação que têm na Escola e que se encontrava dispersa, tarefa nada fácil atendendo aos prazos que tinham para cumprir e às diversas actividades em que estão envolvidos;
- (c) falharam a informação sobre equipamentos específicos e respectivo orçamento afectos ao Curso, mas verificam que é um indicador importante para o avaliar;
- (d) utilizaram os inquéritos como metodologia para a recolha de informação, tendo propositadamente simplificado as questões para facilitar as respostas, o que acham que resultou, mas o retorno dos questionários foi demorado e difícil: apenas 1/3 dos docentes respondeu, num total de 33 neste Curso;
- (e) é prática na Escola os docentes ouvirem os alunos sobre as disciplinas e sobre os Cursos, no sentido de aperfeiçoarem os procedimentos;
- (f) os gabinetes dos docentes situam-se nos espaços das salas de aula; daí o excelente relacionamento e proximidade com os alunos;
- (g) a reacção à auto-avaliação, de modo geral, foi positiva e a ideia de melhorarem está na intenção de todos;

O Presidente encerrou a reunião, tendo dito que se ficou a perceber melhor a forma como a equipa trabalhou e agradeceu os esclarecimentos prestados, que foram igualmente úteis.

5. Visita às Instalações

A Escola não foi visitada na 1.^a fase, a da avaliação institucional. A Subcomissão teve, pois, a preocupação de centrar a presente visita naquelas instalações que têm uma relação directa e/ou forte com o Curso de Matemática/Ciências da Natureza, não deixando de apreciar todos os espaços importantes que compõem o edifício.

É de realçar o seguinte:

- (a) Laboratório de Ciências da Natureza – está organizado por aulas teóricas e práticas, possui equipamento informático adequado e equipamento específico para a área das ciências;

- (b) Laboratório de Informática – são 2, que funcionam simultaneamente como salas de aula, respectivamente, com 10 e 15 computadores, sendo utilizados na área das ciências e da matemática, através de *cd-rom* específicos;
- (c) Gabinetes para Docentes – comportam uma média de 3 ou 4 docentes cada um;
- (d) Salas de Aula – são de razoável dimensão e situam-se nas imediações dos gabinetes dos docentes;
- (e) Departamento de Matemática – situa-se na mesma área onde se ministram as aulas teóricas;
- (f) Sala de Plástica e Desenho – é um grande espaço destinado às aulas e trabalhos da área de educação visual e tecnológica;
- (g) Centro de Recursos Educativos – o qual é composto por:
 - a. Oficina Multimédia – equipada com todos os computadores ligados à Net;
 - b. Sector de Documentação e Informação – é um excelente e agradável espaço, bem como o equipamento em geral, é boa e diversificada a bibliografia, em especial a destinada às disciplinas do Curso;
 - c. Papelaria – espaço explorado por pessoal do exterior;
 - d. Estúdio de Áudio e Vídeo – devidamente equipado;
 - e. Sector de Audiovisuais – destinado à montagem de vídeos e áudio e bem equipado;
 - f. Oficina Pedagógica – com toda a tipologia de materiais pedagógicos;
 - g. Sector Gráfico – para o acabamento e impressão gráfica de materiais e diversos trabalhos.

De notar que alguns espaços comuns, de passagem, estão bem aproveitados para os trabalhos dos alunos e alguns dispõem de computadores, todos ligados à Net. O próprio espaço de entrada no edifício é bem aproveitado para exposições e mostrações de trabalhos. Existe, ainda, um amplo espaço aberto destinado ao Bar/Cantina.

Concluiu-se que as instalações, em geral, são muito boas e apropriadas, se encontram cuidadas, limpas e muito bem conservadas.

6. Reunião com os Estudantes

Compareceram a esta reunião 8 alunos: 6 alunos do 3.º ano do Curso; 1 aluno do 2.º ano (representante do Curso no Conselho Pedagógico); 1 aluna na qualidade de representante dos alunos no Conselho Directivo e Vice-Presidente da Associação de Estudantes.

As finalidades e objectivos da avaliação foram objecto de apresentação inicial pelo Presidente, bem como a metodologia a seguir na reunião.

A Subcomissão informou ter sido explicada pelos Autores do Relatório a falta de envolvimento dos estudantes no processo de Auto-Avaliação, dado os condicionalismos com que realizaram o trabalho. Mesmo assim, gostariam de colocar algumas questões, que teriam a ver não só com esse processo, mas igualmente com a instituição e o Curso propriamente dito. Os tópicos sugeridos, foram:

- (a) funcionamento do Curso, em termos globais;
- (b) organização e funcionamento da Prática pedagógica e dificuldades existentes;
- (c) componentes científicas do Curso, em Matemática e em Ciências da Natureza;
- (d) capacidade pedagógica dos docentes;
- (e) instrumentos de avaliação do rendimento escolar dos alunos;
- (f) preparação profissional específica para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico;
- (g) problema do modelo das variantes;
- (h) instalações e equipamentos;
- (i) relacionamento interpessoal.

Foram as seguintes as principais opiniões emitidas pelos (poucos) alunos presentes:

- (a) apenas os alunos representados no Conselho Pedagógico tiveram conhecimento dos resultados do processo de auto-avaliação;
- (b) têm vindo a apurar junto dos estudantes que, dado que no nome do Curso está inscrita a expressão «professores do ensino básico», os alunos, quando se candidatam à sua frequência nesta Escola, pensam que poderão vir a concorrer para os 3 ciclos do Ensino Básico e quando já o frequentam verificam que só podem concorrer para o 1.º e para o 2.º Ciclos;
- (c) consideram excessiva a carga horária do Curso, de cerca de 30h semanais;
- (d) são insuficientes os meios informáticos disponíveis para o estudo e para os trabalhos; fora das salas de informática, cujo acesso é bastante condicionado; dispõem de 18 computadores, muitos deles constantemente avariados;
- (e) acham o Laboratório de Ciências bem equipado, o qual funciona apenas com grupos de trabalho de 4 ou 5 alunos, ou com o conjunto da turma de cerca de 25 alunos;
- (f) a motivação dos alunos à entrada do Curso vai esmorecendo consoante vão percebendo as dificuldades que há na colocação dos professores;
- (g) consideram não ficarem bem preparados para leccionar no 1.º Ciclo do Ensino Básico, principalmente por não serem bem apreendidas as técnicas de ensino da leitura e da escrita (actual disciplina de Aprendizagem da Língua Materna, ministrada apenas num semestre).
- (h) pelo contrário, sentem-se bem melhor preparados em Matemática e Ciências;

- (i) em regra, a Prática Pedagógica é realizada apenas nas turmas de 3.º e 4.º anos de escolaridade, ficando de fora a prática com alunos dos 1.º e 2.º anos;
- (j) evidenciam a capacidade pedagógica de alguns docentes, mas em relação a outros nem por isso: registaram atitudes anti-pedagógicas (trabalhos deitados para o lixo) e situações de falta de capacidade para comunicar com os alunos (mais nas áreas científicas);
- (k) quanto ao regime de avaliação, explicaram a sua incompreensão face à situação que se tem verificado com os alunos do actual 3.º ano do Curso: uma maioria esmagadora de notas negativas atribuídas em várias disciplinas, sendo que os docentes a justificam culpabilizando exclusivamente o desempenho e as capacidades intelectuais dos alunos; uma coisa é certa, as notas dos testes e dos trabalhos têm vindo a baixar e os alunos não compreendem por que razão os docentes lhes estão a dificultar a vida; embora o Regulamento de Frequência e Avaliação tenha sido alterado há cerca de 1 ano, acham que as pequenas alterações introduzidas não correspondem às dificuldades sentidas e aos bloqueios existentes; têm, também, razões para afirmar que esse Regulamento não é cumprido por todos (por exemplo, a Semana de Trabalho Autónomo estabelecida pela Escola no final de cada semestre, não foi usufruída pelos alunos deste Curso, sendo-lhe marcada a Prática Pedagógica para essa altura);
- (l) contestam o carácter meramente consultivo do Conselho Pedagógico (mesmo reconhecendo que o seu Presidente ouve os alunos e dá seguimento aos seus problemas), já que o Conselho Científico, maioritariamente composto por professores das áreas científicas, não acolhe as suas opiniões, mas tem toda a capacidade de decisão;
- (m) apesar dos problemas existentes, acham que vão ser bons profissionais no futuro, porque gostam, acima de tudo, do Curso que frequentam;
- (n) a relação com as escolas e os professores cooperantes é boa.

Foram estes os pontos focados pelos alunos presentes. A Subcomissão procurou esclarecer bem as coisas, conduzindo os alunos a opinar com rigor a sua percepção do Curso e da Escola. É essa percepção que aqui sinteticamente se descreve.

7. Reunião com a Associação de Estudantes

Esta reunião não se realizou em separado com a Associação de Estudantes. No entanto, foi possível ouvir as opiniões da Vice-Presidente da AE, que também esteve presente na reunião anterior, tendo concordado com as posições aí expressas.

8. Reunião com os Assistentes e Equiparados

Participaram na reunião 3 docentes.

Foi feita pelo Presidente da Comissão a introdução habitual, apresentações e objectivos.

Os docentes presentes corresponderam, começando por falar da sua ligação à Escola e ao Curso. A 1.^a é licenciada em Matemática, professora efectiva de uma escola secundária, lecciona este ano lectivo 5 disciplinas do Curso; a 2.^a foi aluna deste Curso, é assistente desde há um ano, faz parte do Departamento de Ciências e lecciona e acompanha a Prática Pedagógica dos 3.^o e 4.^o anos do Curso e também uma disciplina do tronco comum, Módulo de Ciências Naturais; a 3.^a está na Escola há 10 anos, é inglesa com origem alemã, é docente do Curso na Disciplina de Inglês (carácter optativo, 3h/semana, num total de 45h no 1.^o ano).

Algumas questões foram lançadas para início da troca de impressões.

Os principais pontos focados e as posições tomadas constam, sinteticamente, do quadro que se segue:

- (a) a Escola concede 6 meses de dispensa aos docentes com mais de 3 anos na escola que pretendem frequentar mestrados ou doutoramentos, exactamente a mesma oportunidade dada a assistentes e a professores-adjuntos, sem diferenciação;
- (b) a coordenação do Curso é assegurada por um professor-adjunto, pelo método de eleição, pertencendo alternadamente ao Departamento de Matemática e ao Departamento de Ciências, de 2 em 2 anos;
- (c) actualmente, o Departamento de Matemática têm 3 assistentes, o Departamento de Ciências conta com 1, e os restantes (não sabem quantos) são de competência pedagógica;
- (d) no Departamento de Matemática, o total de horas é dividido por todos os docentes, assistentes e professores: a carga horária é de 300h anuais (21 semanas a 14h cada);
- (e) a excessiva carga horária retira tempo e disponibilidade para a investigação;
- (f) a Prática Pedagógica virada para o 1.^o Ciclo é acompanhada por docentes do Departamento de Ciências da Educação e não pelos Departamentos de Matemática e/ou de Ciências;
- (g) as Práticas Pedagógicas viradas para o 1.^o Ciclo e para o 2.^o Ciclo têm filosofias diferentes (por exemplo, para o 1.^o Ciclo são grupos de alunos mais numerosos, para o 2.^o Ciclo os alunos vão em grupos de 2; a responsabilização do trabalho dos alunos estagiários no 2.^o Ciclo é muito maior e mais rigorosa, daí as notas atribuídas baixaram significativamente);
- (h) confirmam o abaixamento das notas no 3.^o ano do Curso, mas justificam o facto simplesmente com o real abaixamento do rendimento dos alunos;
- (i) acham que o Curso não devia formar professores para o 1.^o Ciclo, porque os alunos não obtêm aprendizagens suficientes ao nível da língua portuguesa para poderem leccionar matérias fundamentais nos primeiros anos da escolaridade básica, e a experiência prática é igualmente deficiente.

Interrogados sobre as razões da não atribuição da Semana de Trabalho Autónomo aos alunos deste Curso, ou seja, sobre o cumprimento, ou não, do Regulamento da Escola, deram a seguinte explicação: houve, de facto, uma falha na programação da Prática Pedagógica para essa semana; no entanto, acrescentaram que os Departamentos de Matemática e de Ciências não concordam com a existência dessa semana de pausa no 1.º semestre e têm lutado contra ela em todos os órgãos possíveis.

9. Reunião com os Professores e Equiparados

Estiveram presentes na reunião 13 Professores, todos da equipa docente do Curso.

Feita a introdução habitual, o Presidente apresentou um conjunto de questões de maior importância, para induzir o diálogo, a saber:

- (a) envolvimento no processo de avaliação;
- (b) condições técnicas e humanas disponíveis;
- (c) relacionamento interpessoal;
- (d) estratégia da Escola;
- (e) competência científica e pedagógica;
- (f) oportunidades de carreira e progressão na mesma (o número de docentes com a categoria de professores e equiparados na Escola é mais elevado em relação ao dos assistentes);
- (g) problema do modelo das variantes;
- (h) funcionamento dos órgãos da Escola.

Como síntese das opiniões e posições expressas pode apresentar-se o seguinte quadro:

- (a) as condições técnicas disponíveis para o Curso têm melhorado significativamente nos últimos anos e podem hoje considerar-se muito boas; o Centro de Recursos encontra-se muito bem equipado e é posto ao serviço não só dos actuais alunos da Escola, como dos ex-alunos, que a ele recorrem frequentemente para a produção de materiais pedagógicos variados;
- (b) não têm técnicos laboratoriais e não conseguiram ainda implementar a figura dos “encarregados de trabalhos”, porque as condições remuneratórias não são as mais atractivas;
- (c) um dos factores positivos é a formação pedagógica, que realçam pelo facto de a maioria do corpo docente ter passado pelo ensino básico e secundário;
- (d) a carga horária é excessiva, porque a grande dispersão a nível disciplinar sobrecarrega todos os docentes;
- (e) há um número elevado de docentes em formação avançada (doutoramento), no âmbito do PRODEP;

- (f) a Escola envolve-se invariavelmente em diversos projectos, muitos dos quais são solicitações do Ministério da Educação (complementos de formação, etc.), o que ajuda na sobrecarga dos docentes;
- (g) um dos constrangimentos, ainda insuperáveis, é o relacionamento entre o ensino e a investigação;
- (h) o Departamento de Tecnologia trabalha em cooperação estreita com o Departamento de Matemática e o de Ciências, em alguns projectos (Nónio, Europeus, etc.), e acompanha regularmente a Prática Pedagógica;
- (i) uma das riquezas da Escola é o seu relacionamento com o exterior e o envolvimento em projectos com a comunidade, embora muitas vezes não lhe dêem a devida visibilidade;
- (j) há uma certa desmotivação dos alunos em participarem no Conselho Pedagógico, explicada por várias razões: uns não percebem a sua importância; outros porque têm muitos trabalhos; outros ainda porque não vêem as consequências práticas das suas propostas;
- (k) o acompanhamento dos diplomados não está explícito no Relatório, mas faz parte das preocupações dos docentes: a Escola tem organizado seminários onde comparecem os ex-alunos; eles têm participado em encontros a nível nacional na área da Matemática e apresentado comunicações e outros materiais; a ligação crescente às escolas cooperantes tem sido privilegiada através dos ex-alunos;
- (l) quanto ao modelo das variantes, visando a formação para dois ciclos, consideram que é um “calcanhar de Aquiles” estrutural; apesar das expectativas dos alunos saírem algo frustradas, pensam que a Escola tem conseguido minimizar o problema da articulação, com o plano de estudos que construiu; por outro lado, pensam que a formação para as escolas básicas integradas é fundamental e seria “antieconómica” a medida que acabasse com este modelo, que ainda assim tem virtualidades;
- (m) o relacionamento interpessoal é considerado muito bom, directo e pessoal, principalmente com os alunos;
- (n) sobre a progressão na carreira, a situação actual é a seguinte: há 104 docentes; 38 professores-adjuntos no quadro (completo); 43 professores e equiparados fazem parte do Conselho Científico; há vagas no quadro para professor-coordenador; os professores-adjuntos, os equiparados e os professores-coordenadores são 55.

A Subcomissão deu por concluída a reunião, que foi bastante proveitosa. Reafirmou a sua surpresa em relação às instalações e equipamentos, adequados e com qualidade. Igualmente o fez em relação à boa organização curricular do Curso, que apresenta uma sequência lógica, embora com algumas deficiências na formação ao nível do 1.º Ciclo. A grande extensão de serviço que prestam à comunidade (e mesmo fora dela) revela o grande esforço a fazer por parte dos docentes. O equilíbrio entre o ensino e a investigação científica institucional deverá ser particularmente atendido pelos docentes e dirigentes da Escola.

10. Reunião com o Pessoal Não-Docente

Estiveram presentes nesta reunião 7 funcionários, representando os seguintes sectores e serviços: Economato; Sector Administrativo; Recursos Humanos; Serviços Académicos; Secretaria; Sector de Documentação e Informação.

Foi feita pelo Presidente a introdução habitual: sobre as finalidades e objectivos da avaliação; sobre a sua natureza pedagógica; sobre a metodologia a seguir na reunião; sobre o envolvimento do pessoal não-docente na elaboração do Relatório de Auto-Avaliação e seu impacte na Escola.

Seguiu-se de perto, ainda que com flexibilidade, o guião fornecido pelo Conselho de Avaliação para apoio à reunião.

O que de mais significativo se reteve pode sintetizar-se como segue:

- (a) alguns funcionários e alguns serviços colaboraram na elaboração do Relatório, recolhendo e processando os dados que lhes foram pedidos; sentiram certas dificuldades nessa compilação, por não conhecerem bem o processo e suas finalidades;
- (b) o pessoal não-docente (técnico, administrativo e auxiliar) é claramente insuficiente, situando-se muito abaixo do que a *ratio* implicaria (deveriam ter 50 funcionários em vez dos 32 existentes em todos os sectores, incluindo 5 auxiliares de limpeza);
- (c) têm actualmente um quadro provisório aprovado, mas os problemas de progressão na carreira continuam (há funcionários que estão há 15 anos na mesma categoria);
- (d) as instalações são insuficientes para o número de alunos; alguns serviços estão instalados em espaços muito pequenos, como é o caso da Secretaria, por exemplo; para além disso, o edifício tem problemas acústicos, tudo se ouve, de umas salas para as outras, o que provoca dificuldades na concentração e conseqüente desgaste físico (o projecto do edifício – assinado pelo Arq.º Siza Vieira – contemplava a colocação de tapeçarias nas longas paredes brancas, o que não veio a acontecer, por falta de verbas para o efeito...);
- (e) a perspectiva de alargamento das instalações, com a construção do Complexo Pedagógico, é ansiada por todos, incluindo os funcionários;
- (f) sobre os equipamentos não houve queixas a registar; pelo contrário, consideram que os têm adequados e actualizados informaticamente;
- (g) quanto aos registos dos alunos, a assiduidade é controlada pelos docentes e não pelos serviços; as classificações são registadas em programa informático apropriado e respondem de imediato a qualquer solicitação (listagens, certidões, etc.);
- (h) há algumas dificuldades nos contactos com os diplomados pela Escola (antigos alunos), sendo, por conseguinte, difícil seguir o seu percurso profissional, dadas

as alterações constantes das colocações, embora os serviços académicos insistam nesses contactos;

- (i) não há prática estabelecida de registo das publicações dos docentes, o mesmo acontecendo com as dissertações de mestrado e de doutoramento, na medida em que a actualização do *curriculum vitae* de cada um, se encontra centralizado no Instituto Politécnico; igualmente sem possibilidade de registo informatizado, vão construindo um processo individual para cada docente;
- (j) a desmotivação do pessoal não-docente é, por vezes, uma realidade, devido à escassez do pessoal e à dificuldade de progressão na carreira;
- (k) as relações humanas e pessoais são excelentes, sem excepção de órgãos ou dirigentes;
- (l) quanto à formação do pessoal, ela surge quando é evidente a necessidade de actualização, sempre que há novas aquisições informáticas ou legislação que a exija (por exemplo: POC, inventários, biblioteca e documentação, etc.), mas não existe um plano de formação formalmente elaborado pela instituição.

11. Hora Aberta

Participaram nesta reunião 14 pessoas, a saber:

- (a) uma ex-aluna do Curso e actual professora cooperante;
- (b) uma aluna, representante dos alunos e Vice-Presidente da AE;
- (c) um funcionário;
- (d) onze docentes (alguns professores, assistentes e membros da Direcção).

Feita a introdução habitual, foram apresentadas, para início do diálogo, algumas sugestões temáticas:

- (a) pronunciamento de um juízo global sobre o Curso;
- (b) formação dos professores cooperantes e sua articulação com o corpo docente da ESE;
- (c) saídas profissionais;
- (d) afirmação das ESE no quadro do ensino superior, qualificação do corpo docente e valorização académica.

Das intervenções dos presentes realçam-se os pontos mais relevantes.

- (a) a maior parte dos docentes das ESE são da área das Ciências da Educação; logo, continuam as carências ao nível de formação avançada nas áreas científicas, como é o caso da Matemática e das Ciências da Natureza;
- (b) aos docentes que ajudaram a criar as ESE só lhes foi exigido o mestrado, quando hoje a aposta vai cada vez mais para a obtenção do doutoramento;

- (c) o investimento em docentes muito especializados não será bom para o futuro das ESE e para a formação de professores;
- (d) a sobrelotação do quadro de docentes não facilita a renovação da instituição;
- (e) o futuro das ESE passa por responder a novos desafios e a novos públicos e, como tal, será inevitável o recurso a profissionais do exterior como instrumento de uma gestão estratégica;
- (f) a coordenação do Curso e a Prática Pedagógica são questões muito importantes; daí serem debatidas em conjunto pela Escola;
- (g) a vivência nas escolas básicas e secundárias é fundamental: completa a formação científica e pedagógica teórica adquirida no Curso e faz com que os diplomados se adaptem muito bem à profissão; é o que têm vindo a constatar.

12. Reunião da Comissão de Avaliação Externa

Como consta do programa da visita, a Subcomissão reuniu em privado para preparar a reunião final, com os dirigentes da ESE e os autores do Relatório de Auto-Avaliação.

Fez-se o balanço geral da visita, que foi considerada positiva. Assentou-se no conjunto de tópicos a tratar na reunião final, de síntese conclusiva, cabendo ao Presidente da Comissão o respectivo desenvolvimento. As linhas gerais desse desenvolvimento foram desenhadas e acordadas, havendo consenso sobre o assunto.

Foram os seguintes os tópicos escolhidos:

- (a) objecto da visita;
- (b) objectivos da visita;
- (c) o Relatório de Auto-Avaliação;
- (d) natureza do Curso; sua organização e equilíbrio curriculares; perspectivas futuras;
- (e) instalações e equipamentos;
- (f) o pessoal docente;
- (g) o pessoal não-docente: quantidade; qualidade; carreiras; quadro;
- (h) investigação institucional;
- (i) dimensão pedagógica dos docentes e estrutura de coordenação arquitectónica e funcional de suporte ao Curso;
- (j) síntese global.

Foi devidamente analisada na parte inicial da reunião a documentação complementar facultada pela Escola no início da visita, aquando da reunião com os dirigentes. Os dados constantes desses documentos foram devidamente tidos em conta pela Subcomissão.

13. Reunião Final

Esta reunião, que ocorre no final da visita, destina-se à apresentação de síntese conclusiva preliminar aos dirigentes da Escola e aos autores do Relatório de Auto-Avaliação.

Por parte da instituição, estiveram presentes 6 pessoas: 3 representantes da Direcção da Escola, incluindo a sua Presidente; 2 membros da equipa de autores do Relatório de Auto-Avaliação; 1 Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal.

Como nas restantes reuniões, a Subcomissão esteve presente na sua totalidade.

O Presidente da Comissão tratou um por um todos os tópicos constantes do relato da reunião anterior.

(a) Objecto da visita

Começou por lembrar que esta não foi uma visita de avaliação da instituição, mas de um Curso da instituição: o *Curso de Professores do Ensino Básico – Variante de Matemática /Ciências da Natureza*. Esse Curso foi objecto de análise e apreciação nas suas várias dimensões e aspectos, tanto quanto foi possível. Apreendeu-se e compreendeu-se a sua estrutura, o seu funcionamento, os recursos físicos que lhe estão afectados (instalações e equipamentos), os recursos humanos, toda a actividade da Escola que lhe está subjacente.

(b) Objectivo da visita

O objectivo da visita inscreve-se no objectivo global do processo de avaliação: instalar e consolidar uma cultura de avaliação no ensino superior português, a partir da própria auto-avaliação das instituições. O propósito da equipa avaliadora não foi, portanto, o de criticar e penalizar a Escola, sob qualquer forma, mas, pedagogicamente, o de analisar e apreciar tudo o que respeita ao Curso em apreço, no sentido de se obterem melhorias qualitativas.

A Escola mostrou compreender a intencionalidade da visita, começando por criar um excelente ambiente humano à Subcomissão e ajudando-a em tudo o que foi necessário e pareceu conveniente.

(c) O Relatório de Auto-Avaliação

Reafirmou-se o que já se havia dito em tempo oportuno: a Escola teria ganho em ter-se inserido na 1.^a fase da avaliação institucional. Agora teriam um conhecimento mais profundo do processo e algumas dificuldades sentidas e vividas teriam sido mais facilmente superadas. Contudo, louvou-se o trabalho realizado pela equipa de Autores do

Relatório de Auto-Avaliação. É um trabalho eticamente bem feito, sem pretender ocultar os problemas, contendo algumas omissões naturais, atendendo ao processo vivido pela primeira vez. A colaboração de vários serviços e intervenientes teria sido útil se tivesse sido mais alargada. A documentação complementar posta à disposição da Subcomissão foi esclarecedora. Manifestou-se apreço pelo espírito crítico colocado na elaboração do documento.

(d) O Curso

A sua natureza apresenta equívocos e certas dificuldades que não são de todo da responsabilidade da Escola. Aliás, o próprio nome do Curso gera ambiguidades. Os alunos pensam que abarca a formação para os 3 ciclos do ensino básico, quando só os prepara para os dois primeiros. Por outro lado, as colocações no 1.º e 2.º Ciclos também confundem os alunos, colocando-lhes problemas ao nível das verdadeiras necessidades de formação que o ciclo inicial implica. Por conseguinte, cumprindo a Escola a legislação em vigor, o problema reside no próprio paradigma do Curso.

A organização curricular do Curso surpreendeu a Subcomissão pela positiva. A Prática Pedagógica, que visa o 2.º Ciclo do Ensino Básico, encontra-se bem organizada. Já não se pode afirmar o mesmo relativamente ao 1.º Ciclo. Regista-se uma boa articulação entre as diversas componentes – as das ciências da educação, as da especialidade e as práticas. Verifica-se que a avaliação do Curso está a ser feita pela Escola com espírito dinâmico, pelo que foi possível debater em algumas das reuniões, se vale a pena continuar a discutir a figura do “professor vertical”, ou não. Ainda há dúvidas e hesitações, mas pareceu-nos que a instituição está sensível à perspectiva de responder à necessidade de continuar a aposta na formação desse “professor vertical”. As perspectivas para o futuro do Curso advêm, justamente, do resultado dessa discussão e reflexão internas.

(e) Instalações e Equipamentos

Pensa-se que, do ponto de vista acústico, o edifício merece algumas reservas. De resto, convenceram a Subcomissão, porque verificou que são adequadas, bem aproveitadas, cuidadas e limpas, embora claramente insuficientes. Foram pensadas para cerca de 500 alunos e actualmente comportam cerca de 1150. A instituição tem necessidade de expandir as instalações e aguarda ansiosamente a construção de um novo bloco – Parque Pedagógico Polivalente –, acreditando que a solução para o problema existente passa exactamente por aí.

A Escola está razoavelmente equipada actualmente. Porém, o alargamento das instalações vai implicar mais investimento em novos equipamentos. Os alunos gostariam de ter mais computadores para a execução dos seus trabalhos. O pessoal não-docente não contesta o equipamento que utiliza nos diversos serviços.

(f) Pessoal docente

Se tivermos em conta o Estatuto do Ensino Superior Politécnico, quer a Escola, quer o Curso em análise têm um número de docentes com mestrado e, em especial, com doutoramento, para além dos parâmetros exigidos. Se pensarmos na qualidade do Ensino Superior, a instituição deve continuar a apostar na formação avançada do pessoal docente, ao nível de doutoramento. De qualquer modo, nesta Escola as perspectivas futuras são excelentes, na medida em que se encontram 21 docentes em processo de doutoramento. Porém, a ideia de haver necessidade de entrada de mais jovens assistentes deverá ser equacionada, no fundo para se atingir um melhor equilíbrio entre o número de professores e assistentes, tendo em conta a evolução da instituição.

(g) Pessoal não-docente

Há quadro de pessoal não-docente, embora seja insuficiente. Há carências de funcionários, cujas consequências recaem nas condições de trabalho dos existentes. Problemas acústicos e de espaço também prejudicam o seu rendimento. Convém melhorar, se possível, este aspecto.

(h) Investigação institucional

A Subcomissão constatou a existência de muitos e diversificados projectos de investigação-acção em curso, dentro e fora da comunidade educativa. Esse dinamismo é positivo. No entanto, a Escola deverá apostar na elaboração de um plano de investigação institucional. Este não é um problema apenas desta instituição, mas de todas em geral. Também a visibilização da investigação que se realiza é um aspecto a ponderar. Nesta instituição não se tem feito esse esforço, tornando visíveis os projectos em que está envolvida e seus resultados.

(k) Dimensão pedagógica dos docentes e coordenação do Curso

Talvez seja bom pensar na melhoria da articulação entre os vários órgãos da Escola, no sentido de superar algumas falhas apontadas pelos alunos. Há que atentar em um ou outro caso, sobretudo no que respeita à dimensão pedagógica dos docentes, e resolvê-lo de imediato. Por isso, é bom que se clarifiquem as competências do Conselho Pedagógico e do Conselho Científico e que se faça cumprir as respectivas determinações, respeitando cada um dos órgãos. Igualmente se recomenda uma melhor articulação ao nível da coordenação do Curso. Melhorar-se-á, certamente, o funcionamento geral do Curso e da Escola se os órgãos se articularem arquitectónica e funcionalmente.

A concluir...

O Presidente da Comissão afirmou, a concluir, que o juízo global que a Subcomissão colheu do Curso e da Escola é positivo. A Escola está a trabalhar bem e deve-se-lhe manifestar o devido apreço, felicitando-a pelo trabalho realizado para a região e comunidade envolvente. Existem alguns problemas e dificuldades, que no fundo são resultantes do conjunto do Politécnico, mas a convicção é a de que a Escola tem sabido contornar os constrangimentos conhecidos.

No estilo aberto com que orientou a visita, o Presidente ofereceu de seguida a palavra aos dirigentes da ESE.

A Presidente da Escola tomou, em primeiro lugar, a palavra, para manifestar que estava genericamente de acordo com a análise apresentada pela Subcomissão. Quis, também, agradecer os contributos que trouxeram à Escola, como uma mais-valia para esta.

Em seguida, a Vice-Presidente interveio para se congratular com o trabalho da Subcomissão, que no seu entender “percebeu bem a instituição”. Agradeceu as sugestões feitas e a abertura com que decorreu a visita. Referiu, ainda, que aquela Escola tem um “conjunto de militantes pedagógicos”, que se envolvem apaixonadamente na vida da instituição, sempre na perspectiva de seguirem caminhos inovadores. Inclusivamente, os vários projectos de investigação-acção têm resultado da intensa actividade da Escola, ao nível da prestação de serviços. A formação avançada do pessoal docente tem estado nas preocupações dos dirigentes, mesmo tendo em conta os inúmeros afazeres. Simultaneamente, tem havido algum investimento na formação contínua, a pensar sobretudo nas carências dos diplomados. Considerou que a forma peculiar de viver a instituição faz parte de uma cultura própria que é incrementada na Escola.

Da parte dos Autores do Relatório veio o testemunho de que corroboravam as opiniões anteriores. Impressionou-os o facto de a Subcomissão ter percebido bem o trabalho que se desenvolve naquela Escola, o esforço que têm feito para dar sentido às actividades que desenvolvem e a tentativa de procurarem caminhos adequados para trilharem no futuro, pensando sempre no aperfeiçoamento e na obtenção da qualidade.

O Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por fim, felicitou a Subcomissão pela síntese conclusiva apresentada e agradeceu o contributo dado pela visita, como um aspecto positivo para a instituição melhorar o seu funcionamento. Assinalou a importância que todos na instituição dão ao processo de avaliação, interna e externa.

Concluindo, o Presidente da Comissão agradeceu as importantes contribuições dadas pelos dirigentes da Escola nesta reunião e de resto em toda a visita. Assegurou que todas as contribuições serão devidamente tidas em conta no Relatório e visibilizadas neste documento. Considerou que, tendo a visita decorrido com toda a normalidade, houve seriedade e empenhamento. Agradeceu, finalmente, em seu nome pessoal e de toda a Subcomissão, o acolhimento dispensado pela Escola.

SÍNTESE AVALIATIVA FINAL

O juízo da Subcomissão A1.5, decorrente da avaliação externa do *Curso de Professores do Ensino Básico – Variante de Matemática/Ciências da Natureza*, da *Escola Superior de Educação de Setúbal*, é inequivocamente positivo. A análise de pormenor feita, identificando determinados pontos críticos, para além de decorrer da seriedade com que o processo de avaliação tem de ser levado a cabo, inscreve-se na finalidade pedagógica que preside a todo o processo de avaliação, que tem os olhos postos na melhoria da qualidade.

Pontos Fortes

- O Relatório de Auto-Avaliação é um excelente documento, dos pontos de vista técnico e ético, sem embargo de apresentar alguns aspectos menos conseguidos.
- A dinâmica de cooperação com a comunidade é positiva, com relevo para o papel e actividade dos Centros (CEDE e CIOE).
- A organização curricular do Curso supera bastante bem as dificuldades levantadas pelo paradigma da variante.
- O programa de qualificação académica do pessoal docente é uma importante linha estratégica de rumo da Escola.

Pontos Satisfatórios

- As instalações são boas, mas neste momento insuficientes para a população escolar existente.
- A Escola está bem equipada, mas convém reforçar os meios informáticos e a ampliação das instalações exigirá um conseqüente esforço geral.
- É conveniente melhorar a articulação dos órgãos de governo da Escola, designadamente o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, entre si e com o Conselho Directivo.
- Convém melhorar a preparação didáctica dos alunos, no tocante ao 1.º ciclo do ensino básico.
- A aposta num plano de investigação institucional potenciará a capacidade e a obra da Escola neste domínio.

Pontos Fracos

- Natureza bivalente da estrutura curricular do Curso (responsabilidade alheia).
- O quadro do pessoal não-docente carece de alargamento, pois há carência de funcionários.

Lisboa, 15 de Outubro de 2001

A Secretária-Relatora da Subcomissão A1.5,

O Vice-Presidente da Subcomissão A1.5,

O Presidente da Comissão de Avaliação Externa – Área de Educação,

ANEXOS

Curriculum vitae abreviado de Manuel Ferreira Patrício

- Doutor em Ciências da Educação, especialidade de Filosofia da Educação, pela Universidade de Évora, da qual é Professor Catedrático.
- Licenciado em Filosofia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Instalou, organizou e dirigiu o Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, sendo neste momento o Coordenador da Secção de Filosofia e Pedagogia e Director do Curso de Filosofia.
- Foi particularmente intensa a actividade que desenvolveu no âmbito das licenciaturas em ensino, desde a sua criação em 1978.
- Foi Presidente do Conselho Pedagógico da Universidade de Évora.
- Foi Presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Educação de Beja, no quadro da cooperação entre a Universidade de Évora e o Instituto Politécnico de Beja.
- Tem leccionado várias disciplinas da sua área de especialidade no âmbito das licenciaturas em ensino.
- Tem leccionado várias disciplinas da área de Filosofia no Curso de Licenciatura em Filosofia.
- Tem leccionado várias disciplinas das áreas da Pedagogia e da Filosofia em Cursos de Mestrado, da sua Universidade e da Universidade Aberta.
- Tem orientado numerosas dissertações de doutoramento e de mestrado, na sua e em diversas Universidades.
- Tem participado em numerosos júris académicos, nos vários escalões da carreira, em praticamente todas as Universidades do país.
- Foi membro da Comissão de Reforma do Sistema Educativo.
- Foi Presidente do Instituto de Inovação Educacional.
- Foi Director do Departamento do Ensino Superior.
- Foi membro do Conselho Geral da JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Foi membro do Conselho Nacional de Educação.
- Foi Presidente, por delegação do Secretário de Estado da Reforma Educativa, do Conselho Coordenador da Profissionalização em Serviço.
- Foi membro do Conselho Coordenador da Formação Contínua.
- É Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- É Presidente da Direcção da Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural.
- É membro da AIRPE – Association Internationale pour la Recherche de la Personne de l'Enseignant.
- É membro e dirigente da AEDE – Association Européenne des Enseignants.
- É membro da AIPPh – Association Internationale des Professeurs de Philosophie.

- Proferiu já muitas centenas de conferências sobre Pedagogia, Filosofia e Cultura, em diversos contextos científicos e institucionais.
- É autor de dezena e meia de livros e de várias centenas de artigos sobre temas da sua especialidade.
- Tem desenvolvido intensa actividade cultural, designadamente no domínio da Música.

Curriculum vitae abreviado de Manuel Cuiça Sequeira

- Professor Catedrático da Universidade do Minho
Instituto de Psicologia e Educação

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Física, pela Universidade de Lisboa, 1972.
- Mestrado em Educação (Metodologia do Ensino das Ciências), pela Northwestern University, Illinois, EUA, 1975.
- Doutoramento em Educação (Metodologia do Ensino das Ciências), pela University of Massachusetts, EUA, 1980.

Investigação e Experiência de Ensino

- Investigação nas seguintes áreas: ensino-aprendizagem de conceitos científicos, desenvolvimento cognitivo e ciência-tecnologia-sociedade.
- Ensino das seguintes disciplinas: Metodologia do Ensino da Física e Química, Desenvolvimento Curricular, Metodologia da Investigação em Educação e Supervisão de Estágios Pedagógicos das Licenciaturas em Ensino da Física e Química.

Funções de Gestão Universitária

- Presidente do Instituto de Educação, durante 8 anos, entre 1981 e Janeiro de 1994 de 2000.
- Director do Departamento de Curriculum e Metodologias da Educação, entre 1988 e 1995.
- Presidente do Conselho Pedagógico do Curso de Formação de Professores da Universidade do Minho, durante 6 anos, entre 1981 e 1989.
- Responsável pela Área de Metodologias de Ensino da Unidade Científico-Pedagógica de Educação (hoje Grupo Disciplinar de Metodologias da Educação), desde 1981.
- Presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, durante 8 anos, entre 1987 e 1995.

Publicações

- Mais de 65 artigos em revistas da especialidade (até Maio de 2000).

Curriculum vitae abreviado de Maria Manuela Silvestre

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Química Tecnológica, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1989.
- Doutoramento em Química, especialidade de Química Inorgânica, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1996.

Experiência Académica e/ou Profissional

- Colaboradora do Centro de Química, Física e Radioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, entre Setembro/88 e Fevereiro/90.
- Trabalhou no Grupo de Química do ICEN/LNETI (actualmente ITN), como bolsista do PEDIP, no domínio da Química Organometálica de Elementos, entre Novembro/89 e Novembro/90.
- Bolsista PEDIP/JTI, no mesmo Grupo do ITN, desenvolvendo actividades na área da Investigação e Desenvolvimento em Química Inorgânica e Química Organometálica, entre Junho/94 e Maio/96.
- Lecionou no Ensino Secundário, como professora contratada, disciplinas de Físico-Química, Física e Técnicas Laboratoriais de Química, entre Outubro/96 e Agosto/00.
- Lecionou a disciplina de Elementos de Química e Técnicas Laboratoriais, como professora coordenadora, em regime de tempo parcial, na Escola Superior de Educação Almeida Garrett, entre Outubro/97 e Agosto/00.
- Professora-Adjunta, em regime de exclusividade, na Escola Superior de Educação Almeida Garrett, onde lecciona as disciplinas de Elementos de Química e Técnicas Laboratoriais, Elementos de Química e Física e Seminário Interdisciplinar II, desde Setembro/00.

Publicações

- Cerca de 2 dezenas de comunicações científicas e artigos em revistas da especialidade.